

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.912 - AL (2019/0092039-9)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
RECORRENTE : SIND DOS TRAB DO SERVICO PUBLICO FED DO EST
DE ALAGOAS
RECORRENTE : JOSIVALDO DA COSTA
RECORRENTE : JOSUE PORFIRIO DA SILVA
RECORRENTE : JOSUE ARTUR DOS SANTOS
RECORRENTE : JOSIVALDO PEIXOTO DE LIMA
ADVOGADO : MARCELO DE SANTANA DANEU - AL005539
RECORRIDO : OS MESMOS

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recursos Especiais interpostos pela **FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE- FUNASA** e por **JOSIVALDO DA COSTA E OUTROS**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no julgamento de Agravo de Instrumento, assim ementado (fl. 295e):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CORREÇÃO MONETÁRIA. RECONSIDERAÇÃO PELO JUÍZO A QUO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. AÇÃO COLETIVA. RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA. POSSIBILIDADE. AÇÃO INDIVIDUAL IMPROCEDENTE NO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. COISA JULGADA. AÇÃO INDIVIDUAL PROCEDENTE NO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. EXECUÇÃO DO PERÍODO EXCEDENTE.

1. Agravo de instrumento interposto pelo Sindicato dos Servidores Públicos no Estado de Alagoas - SINTSEP/AL, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, em face de decisão que, nos autos da execução contra a Fazenda Pública, acolheu a alegação de coisa julgada, bem como a alegação de excesso de execução, e determinou a correção monetária pela TR no período de 30/06/2009 a 25/03/2015.

2. Em suas razões, a parte agravante alega que: a) deve ser afastada por completo a aplicação dos critérios de correção de acordo com o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/09, devendo ser utilizado o Manual de Cálculos da Justiça Federal para todo o período executado, o qual define como índice o IPCA-E; b) não há que se falar em excesso de execução e limitação das diferenças ao mês de fevereiro de 2008, pois o título judicial que se executa foi expresso no sentido de que o cálculo fosse realizado até junho de 2008; c) quanto ao período devido, há coisa julgada material, eis que deveria ter sido alegado o recebimento da GACEN por alguns exequentes na fase de conhecimento; d) quanto

Superior Tribunal de Justiça

aos exequentes excluídos, deve-se considerar como coisa julgada apenas o período deduzido na inicial da ação intentada no juizado especial, ou seja, o intervalo de outubro de 2005 a maio de 2007; e) deve-se afastar a causa extintiva da obrigação por completo ou reconhecer a continência das ações, eis que o período que se executa é maior que o período pleiteado no juizado.

3. Primeiramente, com relação ao índice de correção monetária, restou prejudicado o agravo de instrumento, tendo em vista que o juízo a quo, em decisão proferida em 13/04/2018, reconsiderou a decisão recorrida, determinando que, no período compreendido entre 30/06/2009 a 25/03/2015, a correção monetária deveria ser realizada utilizando-se o IPCA-E.

4. Já no que concerne à alegação coisa julgada quanto ao período executado, observa-se que embora a sentença seja, de fato, expressa quanto ao período devido, eis que determinou o cálculo até o advento da Lei nº 11.784/2008, trata-se de execução de título judicial oriundo de ação coletiva, no qual o Sindicato atuou na condição de substituto processual, de modo que houve a necessidade de desmembramento da execução em grupo de cinco exequentes, em razão do grande número de exequentes.

5. Nesse contexto, em se tratando de ação coletiva, é possível a relativização do efeito preclusivo da coisa julgada, eis que, em tais casos, a liquidação da sentença pode ter objeto mais amplo. Nesse sentido, é dado à FUNASA, em sede de impugnação ao cumprimento de sentença, apontar o recebimento da GACEN, a qual substituiu a Indenização de Campo, por alguns dos exequentes, de sorte que não merece reparo a decisão neste ponto.

6. Por fim, no tocante à existência de coisa julgada pelo ajuizamento de ações individuais no Juizado Especial Federal em momento anterior ao da ação coletiva, deve-se considerar, primeiramente, que estas tiveram por objeto o pagamento de parcelas retroativas de diferenças relativas à Indenização de Campo, referentes ao período compreendido entre outubro de 2005 a maio de 2007. No processo nº 0513682-59.2007.4.05.8013, foi proferida sentença de procedência, entendendo-se que a parte autora fazia jus ao deferimento do pedido formulado na inicial, de modo que, com relação ao exequente demandante nesta ação, entende-se que tem direito à execução do retroativo referente ao período de junho de 2007 em diante, devendo-se, ainda, observar o recebimento de GACEN a partir de março de 2008. Já no processo nº 0513666-08.2007.4.05.8013 foi proferida sentença de improcedência, podendo-se falar em coisa julgada e estando, portanto, correta a exclusão levada a efeito pela decisão recorrida.

7. Agravo de instrumento parcialmente conhecido e, na parte conhecida, parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 386e).

Com amparo no art. 105, III, a, da Constituição da República, a

Superior Tribunal de Justiça

FUNASA aponta violação ao art. 337, §§ 1º, 2º e 4º, do Código de Processo Civil, alegando-se, em síntese, que " as ações individuais ajuizadas pelos exequentes, referidas na decisão agravada, com pedidos e causas de pedir idênticas à da Ação Coletiva n. 0005771-87.2010.4.05.8000, foram julgadas em caráter definitivo antes do ajuizamento da ação coletiva (em 29/9/2010). Logo, os exequentes "não poderiam pretender a suspensão de suas ações individuais para beneficiar-se da coisa julgada formada na ação coletiva, pois que aquelas já possuíam sentença de mérito quando do ajuizamento desta. Não podem os referidos exequentes, portanto, executar o título encartado na Ação Coletiva n. 0005771-87.2010.4.05.8000" (fl. 468e).

Com amparo no art. 105, III, *a e c*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, os particulares apontam ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Arts. 141, 337, § 2º, 490 e 492 do Código de Processo Civil - houve inoccorrência de coisa julgada pois "ainda que lograsse êxito a ação individual proposta pelo exequente em discussão, não poderia o juízo daquela demanda determinar a implantação da diferença de indenização de campo, mas tão somente o pagamento do período pleiteado em juízo – outubro de 2005 a maio de 2007" (fl. 452e); "no caso presente, não houve, nas ações individuais, pedido autoral no sentido de serem corrigidas as parcelas vincendas, delimitando-se o pedido a parcelas vencidas em período anterior ao ajuizamento, qual seja, de outubro de 2005 a maio de 2007, sendo imperiosa a aplicação do art. 337, § 2º do CPC" (fl. 454e); e
- II. Art. 474, 508 e 525, III, § 1º do Código de Processo Civil - "[n]o ponto que concerne a suposto excesso de execução, acolhido pela decisão recorrida, decorrente da inclusão das parcelas posteriores a fevereiro de 2008 para os substituídos que passaram a receber a gacen, é de se reconhecer que se encontra naturalmente preclusa a matéria, vez que o título judicial transitado em julgado determina expressamente que o cálculo seja realizado até junho de 2008" (fl. 442e); "[s]e a limitação do período que supostamente deveria ser abatido fora concedido em março de 2008, já dispunha a mesma, à

Superior Tribunal de Justiça

época da fase de cognição (2012), de tal argumento para desconstituir a pretensão dos servidores. Não o ventilando, restou sepultada a questão, tendo em vista, repita-se, à eficácia preclusiva da coisa julgada (fl. 451e).

Com contrarrazões do SINTSEP/AL (fls. 482/484e) e da FUNASA (fls. 486/498e), os recursos foram admitidos (fl. 500e).

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

O tribunal de origem decidiu pela inoccorrência de coisa julgada para o exequente Josivaldo da Costa, sob o fundamento de que houve procedência no pedido concernente ao período compreendido entre outubro de 2005 e maio de 2007 conforme se extrai dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 310/311e):

III. DA COISA JULGADA

O juízo a quo reconheceu a existência de coisa julgada e determinou a exclusão dos exequentes Josivaldo da Costa e Josivaldo Peixoto de Lima, considerando terem sido ajuizadas as ações nº 0513666-08.2007.4.05.8013 e nº 0513682-59.2007.4.05.8013 no Juizado Especial Federal, as quais teriam sido julgadas improcedentes.

Tais ações tiveram por objeto o pagamento de parcelas retroativas de diferenças relativas à Indenização de Campo, referentes ao período compreendido entre outubro de 2005 a maio de 2007.

Compulsando os autos, verifica-se que:

i) a sentença de procedência proferida no processo nº 0513682-59.2007.4.05.8013, que teve como demandante Josivaldo da Costa, foi confirmada pela Turma Recursal, entendendo-se que a parte autora fazia jus ao deferimento do pedido formulado na inicial [2] ; ii) foi proferida sentença de improcedência no processo 0513666-08.2007.4.05.8013, no qual figurou como autor Josivaldo Peixoto de Lima [3] Desse modo, apenas com relação ao exequente Josivaldo Peixoto de Lima, cujo pleito foi julgado improcedente no Juizado Especial Federal, em sentença proferida anteriormente à ação ajuizada pelo Sindicato, pode-se falar em coisa julgada, sendo certa sua exclusão.

Em contrapartida, com relação ao exequente Josivaldo da Costa, cujo pleito

Superior Tribunal de Justiça

foi julgado procedente com relação apenas ao período compreendido entre outubro de 2005 e maio de 2007 (pedido formulado na inicial), deve haver a manutenção do mesmo no cumprimento de sentença, apenas com relação ao período excedente deferido na ação intentada pelo Sindicato. Dessa forma, faz jus ao recebimento do retroativo referente ao período de junho de 2007 em diante, devendo-se, ainda, observar que o mesmo recebeu GACEN a partir de março de 2008.

Com essas considerações, conheço parcialmente do agravo de instrumento e, na parte conhecida, dou parcial provimento, apenas para afastar a exclusão do exequente Josivaldo da Costa.

Nas razões do Recurso Especial interposto pela FUNASA, tal fundamentação não foi refutada, implicando a inadmissibilidade do recurso, visto que esta Corte tem firme posicionamento, segundo o qual a falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Colendo Supremo Tribunal Federal: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

Nessa linha, destaco os seguintes julgados de ambas as Turmas que compõem a 1ª Seção desta Corte:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OCUPAÇÃO DE TERRA PÚBLICA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA N. 280 DO STF. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS, PELA IRREGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO INATACADO. SÚMULA N. 283 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL. DISPOSITIVOS NÃO INDICADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284 DO STF.

(...)

4. A argumentação do recurso especial não atacou o fundamento autônomo e suficiente empregado pelo acórdão recorrido para decidir que o Código de Edificações do Distrito Federal autoriza à Administração Pública, no exercício regular do poder de polícia, determinar a demolição de obra irregular, inserida em área pública e de preservação permanente. Incide, no ponto, a Súmula 283/STF.

5. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a tecer alegações genéricas, sem, contudo, apontar especificamente qual dispositivo de lei federal foi contrariado pelo Tribunal a quo, fazendo incidir a Súmula 284 do STF.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 438.526/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014);

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FASE DE EXECUÇÃO

DE SENTENÇA CONDENATÓRIA POR ATO DE IMPROBIDADE. BENS IMÓVEIS PENHORADOS, LEVADOS A HASTA PÚBLICA E ARREMATADOS. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA, RESCINDINDO O ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DAS ARREMAÇÕES. NECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA. IMÓVEIS QUE TERIAM SIDO ARREMATADOS POR PREÇO VIL. INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER BUSCADA EM AÇÃO PRÓPRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO CUJOS FUNDAMENTOS NÃO SÃO IMPUGNADOS PELAS TESES DO RECORRENTE. SÚMULA N. 283 DO STF. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC.

(...)

4. Com relação aos demais pontos arguidos pelo recorrente, forçoso reconhecer que o recurso especial não merece conhecimento, porquanto, além da ausência de prequestionamento das teses que suscita (violação dos artigos 687, 698 do CPC e 166, inciso IV, e 1.228 do Código Civil) (Súmula n. 211 do STJ), tem-se que as razões recursais não impugnam, especificamente, os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai o entendimento da Súmula n. 283 do STF.

5. Não sendo possível o retorno ao status quo ante, deve o prejudicado pedir indenização por meio de ação própria, caso entenda que aquela arbitrada pelo juízo da execução é insuficiente para recompor sua indevida perda patrimonial.

Recurso especial não conhecido.

(REsp 1.407.870/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 19/08/2014).

No que se refere à ocorrência de preclusão da matéria relativa ao excesso de execução, alegada por Josivaldo Peixoto de Lima e outros, verifico que a insurgência carece de prequestionamento, uma vez que não foi analisada pelo tribunal de origem.

Com efeito, o requisito do prequestionamento pressupõe prévio debate da questão pelo tribunal de origem, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos dispositivos legais apontados como violados.

No caso, malgrado a oposição de embargos declaratórios, o tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, a aplicação dos suscitados arts. 141, 490, 492, 474, 508 e 525 do Código de Processo Civil sob a perspectiva pretendida pelos Recorrentes.

Desse modo, não tendo sido apreciada tal questão pelo tribunal *a quo*, a despeito da oposição de embargos de declaração, aplicável, à espécie, o teor da Súmula n. 211/STJ, *in verbis*: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 284 DO STF, POR ANALOGIA.

BENS PÚBLICOS. TERRENO DE MARINHA. ILEGALIDADE DO PROCEDIMENTO DEMARCATÓRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211 DESTA CORTE SUPERIOR. REGISTRO IMOBILIÁRIO. CARACTERIZAÇÃO DO BEM COMO TERRENO DE MARINHA. MANDADO DE SEGURANÇA. VIA ADEQUADA. QUESTÃO MERAMENTE DE DIREITO. Oponibilidade em face da União. CARACTERIZAÇÃO DO BEM COMO PROPRIEDADE PARTICULAR. IMPOSSIBILIDADE. PROPRIEDADE PÚBLICA CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADA (CR/88, ART. 20, INC. VII).

(...)

2. A controvérsia acerca da ilegalidade do procedimento demarcatório na espécie, pela desobediência do rito específico previsto no Decreto-lei n. 9.760/46 - vale dizer: ausência de notificação pessoal dos recorrentes - não foi objeto de análise pela instância ordinária, mesmo após a oposição de embargos de declaração, razão pela qual aplica-se, no ponto, a Súmula n. 211 desta Corte Superior.

(...)

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido. Julgamento submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e à Resolução n. 8/2008.

(REsp 1.183.546/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/09/2010, DJe 29/09/2010, destaque meu).

Ademais, o tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, reconheceu a relativização do efeito preclusivo da coisa julgada, nos seguintes termos (fl. 310e):

II. DO PERÍODO EXECUTADO

Em sede de impugnação ao cumprimento de sentença, a ora agravada alegou excesso de execução em relação aos exequentes Josivaldo da Costa, Josue Artur dos Santos e Josue Porfírio da Silva, eis que teriam recebido a gratificação denominada GACEN nos meses de março, abril, maio e junho de 2008, de modo que não fariam jus ao pagamento dos retroativos à indenização de campo neste período.

Em contrapartida, o recorrente alega a preclusão da matéria, eis que a sentença indicou expressamente o período devido, não cabendo rediscussão em sede de cumprimento.

Com efeito, de fato a sentença é expressa quanto ao período devido, senão vejamos (sem grifos no original):

Por todo o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos da parte autora tão somente para condenar a ré (FUNASA) ao pagamento de parcelas retroativas de diferença relativas à verba indenizatória 'Indenização de Campo' diferença esta entre o valor de R\$ 40,27 (valor devido) e R\$ 26,85 (valor efetivamente pago), no período compreendido entre 04/10/2005, , data da entrada em vigor do Decreto nº 5.554/2005 até o advento da Lei nº 11.784/2008 acrescida de juros moratórios legais.

Superior Tribunal de Justiça

Por todo o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos da parte autora tão somente para condenar a ré (FUNASA) ao pagamento de parcelas retroativas de diferença relativas à verba indenizatória 'Indenização de Campo' diferença esta entre o valor de R\$ 40,27 (valor devido) e R\$ 26,85 (valor efetivamente pago), no período compreendido entre 04/10/2005, , data da entrada em vigor do Decreto nº 5.554/2005 até o advento da Lei nº 11.784/2008 acrescida de juros moratórios legais.

Ocorre que, trata-se de execução de título judicial oriundo de ação coletiva, no qual o Sindicato atuou na condição de substituto processual, pleiteando direito de 832 substituídos (informação contida na inicial do cumprimento de sentença - id.4058000.2519005). Em razão do grande número de exequentes, houve a necessidade de desmembramento da execução em grupo de cinco exequentes.

Assim, em se tratando de ação coletiva, é possível a relativização do efeito preclusivo da coisa julgada, eis que, em tais casos, a liquidação da sentença pode ter objeto mais amplo. Nesse sentido, é dado à FUNASA, em sede de impugnação ao cumprimento de sentença, apontar o recebimento da GACEN, a qual substituiu a Indenização de Campo, por alguns dos exequentes (destaques meus).

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, reformando o Acórdão Recorrido, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. OFENSA À COISA JULGADA. REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. Não ocorreu omissão no aresto combatido, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. A alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária, acerca da existência de coisa julgada em relação ao reconhecimento do exercício de atividade laboral em condições especiais no período ora pleiteado, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. 3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 996.170/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 30/05/2017)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE COISA JULGADA. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal de origem afastou expressamente a caracterização de coisa julgada, no caso, entendendo tratar-se de nova causar

Superior Tribunal de Justiça

de pedir. Rever tal entendimento implica reexame da matéria fático-probatória, o que é vedado em Recurso Especial (Súmula 7/STJ). 2. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1603527/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 05/09/2016)

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** dos Recursos Especiais.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

